



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 ABR. 2011

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 343 / 2011

Súmula: Fica autorizada a construção de Central Geradora Hidrelétrica (CGH) a ser localizada no Município de Palmeira.

Art. 1º - Fica autorizada a construção de Central Geradora Hidrelétrica (CGH), no Rio do Salto, localizado no Município de Palmeira, no Estado do Paraná.

Art. 2º - A construção da Central especificada no artigo 1º desta lei está condicionada ao cumprimento das normas ambientais, emanadas do órgão ambiental estadual, em conformidade com a legislação que rege a matéria.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2011.

Plauto Miró Guimarães Filho
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
Deputado Estadual

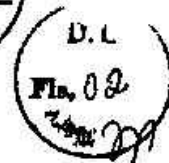
JUSTIFICATIVA:

Este Projeto de Lei visa obter a autorização desta Douta Casa para a construção da Central Geradora Hidrelétrica Rio do Salto, a ser localizada no Município de Palmeira. A autorização legislativa desta Casa se faz de extrema importância para a implementação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH), por força do art. 209 da Constituição Estadual, bem como o item 2.2 "e" do Termo de Referência para Licenciamento Ambiental - CGH e PCH - até 10 MW.

O art. 209 da Constituição Estadual dispõe que,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury



Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidreletricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária. (grifo nosso).

E, baseado nesta diretriz constitucional, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) dispõe que a Licença de Instalação de CGHs e PCHs será obtida por meio dos seguintes documentos:

2.2. Licença de Instalação - LI

- a) Requerimento de Licenciamento Ambiental - RLA;
 - b) Cadastro Simplificado para Obras Diversas - COD;
 - c) Cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social;
 - d) Cópia(s) da(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is) afetado(s) pelo empreendimento, contendo a averbação da reserva legal ou Celebração de Termo de Compromisso para regularização da reserva legal;
 - e) Aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;
- [...] (grifo nosso).

Como se bem nota, para instalação de empreendimentos hidrelétricos, que buscam o conforto de nossa população e o desenvolvimento de nosso Estado, se faz necessária a autorização dos nobres Deputados Estaduais.

Ressalta-se que o presente projeto de instalação possui várias licenças já expedidas, como por exemplo, a anuência municipal, a outorga prévia da disponibilidade hídrica, a licença prévia do IAP e o protocolo de registro ANEEL, a fim de assegurar todas as garantias constitucionais e ambientais, condicionando a construção das usinas ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Diante de toda a necessidade nacional e mundial de energia, não é preciso justificar a importância desse empreendimento, donde retiramos a certeza que será de grande valor para minorar a escassez energética no Estado do Paraná e no Brasil.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, já que é função desta Casa Legislativa apoiar e promover o desenvolvimento econômico do Estado que, antes de tudo, passa pela criação de um ambiente de infraestrutura condizente com este crescimento, entre elas a geração de energia elétrica.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2011.

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 11

DAP
Fls. 11

PARECER

Projeto de Lei nº 343/11

Autor: Deputado Plauto Miró Guimarães Filho

Súmula: *Fica autorizada a construção de Central Geradora Hidrelétrica (CGH) a ser localizada no Município de Palmeira.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró visa autorizar a construção de Central Geradora Hidrelétrica (CGH) a ser localizada no Município de Palmeira.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

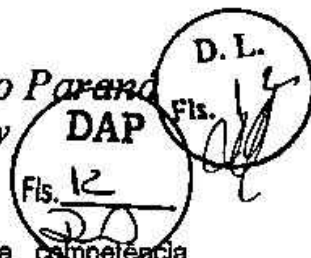
Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Entende-se por Central Geradora Hidrelétrica a unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 (um) megawatt, normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes, nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMATAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:

a. CGH - Central Geradora Hidrelétrica - unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes.

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Central Geradora Hidrelétrica - CGH necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembléia Legislativa:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, L.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 13

DAP

Art. 9º Empreendimentos caracterizados como CENTRAL GERADORAS, HIDRELÉTRICA - CGH e como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH, com potência instalada de até 10 MW, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:

II LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI

- a) Cadastro de Obras Diversas - COD;
- b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;
- c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico, no caso de PCH;
- d) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais - RDPA;
- e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;
- f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;
- g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente; (grifos nossos)

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; e de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.

Vale ressaltar também, que se encontra anexado ao projeto, o **RAS - RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO** - que foi elaborado em conformidade com o estabelecido nas Resoluções 001/86 e 237/97 do CONAMA, seguindo-se ainda o determinado no **TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO DO IAP**.

Do referido Relatório constam:

- Aspectos da Legislação Ambiental;
- Definição das Áreas de Influência do Empreendimento;
- Diagnóstico Ambiental;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAP
Fls. 14
20

D. L.
Fls. 1

- Avaliação de Impactos Ambientais;
- Proposição das medidas eficazes para o controle, mitigação e compensação dos impactos e dos programas de controle e monitoramento;
- Prognóstico das Condições Futuras.

Desta forma, considerando-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, bem como contém um amplo estudo de impacto ambiental conforme determina o art. 209 da Constituição estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de de 2011.

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 343/2011

D. L.
Fls. 15

DAP
Fls. 17

Projeto de Lei nº 343/2011

Autor: Deputado Plauto Miró Guimarães Filho

Súmula: Fica autorizada a construção de Central Geradora Hidrelétrica (CGH) a ser localizada no município de Palmeira-PR.

I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, objetiva autorizar a Construção da Central Geradora Hidrelétrica (CGH), localizada no município de Palmeira.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado como relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 384/2011, na qual passo a relatar:

O Projeto de Lei nº 343/11 é de extrema importância para o Estado do Paraná. Esta comissão vislumbra que o projeto em tela é uma idéia louvável, uma vez que com o apoio de todos os Deputados, em conjunto com medidas adotadas pelo Poder Executivo, trarão não só ao municio de Palmeira, mas a todo o Estado do Paraná significativas melhorias na geração de energia elétrica.

Cabe ressaltar que para aprovação da presente proposição, é necessária a autorização desta casa de Leis, estando extremamente vinculado o parecer desta comissão, pela qual analisa os requisitos técnicos quanto a esta autorização de construção.

As análises técnicas que foram realizadas, bem como os pareceres anexados ao projeto, demonstram que tais prerrogativas para que a construção possa ser viabilizada, estão em total acordo com as exigências legais e técnicas, entendendo este relator que a presente proposta merece prosperar.

No que tange ao mérito da matéria entendo que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo. Por se tratar de matéria que atende ao interesse público, uma vez que os benefícios da construção de uma central geradora hidrelétrica são extremamente relevantes.

D. L.

Fls. 19

DAP

Fls. 18

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, apresento meu **PARECER FAVORÁVEL** pela aprovação do Projeto de Lei nº 343/2011 na sua forma apresentada.

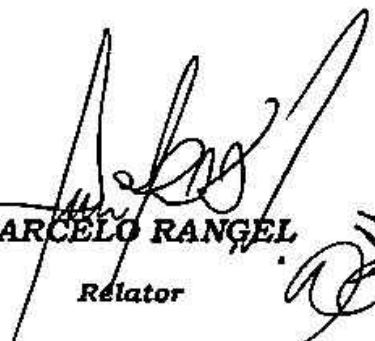
IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 343/2011, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.


FRANCISCO BÖHER

Presidente Comissão


MARCELO RANGEL

Relator


Eduardo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Parecer ao Projeto de Lei nº 343/2011

Súmula: Projeto de Lei nº 343/2011—
"Autoriza a construção de central geradora hidrelétrica (CGH) a ser localizada no município de Palmeira."

PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Pláuto Miró Guimarães Filho, dispõe sobre a construção de central geradora hidrelétrica (CGH) a ser localizada no município de Palmeira.

FUNDAMENTAÇÃO:

É louvável a proposta do nobre parlamentar que visa obter autorização do Poder Executivo para a construção de central geradora hidrelétrica (CGH) a ser localizada no município de Palmeira. Sua instalação está condicionada ao cumprimento dos dispostos exigidos pela Constituição do Estado do Paraná, pelo órgão ambiental competente e pela legislação federal em vigor.

O Artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná estabelece que a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de aprovação da Assembleia Legislativa.

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa, a de centrais termoeletricas, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Concorrentemente, o Artigo 9º da Resolução conjunta SEMA/IAP nº 09/2010 preconiza que empreendimentos caracterizados por Central Geradora Hidrelétrica - CGH necessitam da obtenção de Licença de Instalação - LI e de diversos documentos, dentre eles a autorização da Assembleia Legislativa:

Art. 9º - Empreendimentos caracterizados como CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA - CGH e como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA - PCH, com potência instalada até 10 MW, deverão efetuar o licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art 8º, acrescidos dos seguintes documentos:

II - LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI

a) Cadastro de Obras Diversas - COD;

b) Aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;

c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico, no caso de PCH;

d) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais - RDPA;

e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;

f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;

g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente;

Encontra-se também anexado à proposta, RAS - Relatório Ambiental Simplificado, que está em conformidade com o estabelecido pelas resoluções 001/86 e 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 33

DAP


Fls. 23

20

A implantação do empreendimento gerará conforto significativo a população e ao desenvolvimento do nosso estado com impactos positivos à economia da região, além do aumento da confiabilidade do suprimento de energia elétrica do Paraná,

Estabelecidas as razões quanto da legalidade e em especial sobre os aspectos ambientais da proposta, o Projeto de Lei nº 343/2011 deve seguir seu trâmite, pelo que exaro parecer **FAVORÁVEL**.

Sala das comissões, 05 de setembro de 2011.


Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Presidente da CEMA


Dep. RASCA RODRIGUES
Relator







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 343/11

Projeto de Lei nº 343/11

Autor: Deputado Plauto Miró Guimarães Filho

Fls. 26

DAP

Fls. 26

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, dispõe sobre a construção de central geradora hidrelétrica (CGH), a ser localizada no Município de Palmeira.

DA TRAMITAÇÃO

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DA ANÁLISE DO MÉRITO

Conforme bem citado na justificativa apresentada pelo Dep. Estadual Plauto Miró, o objetivo deste projeto é a construção de central geradora hidrelétrica (CGH), a ser localizada no Município de Palmeira.

Sendo o objetivo principal deste projeto, proporcionar conforto significativo à população e ao desenvolvimento do nosso estado com impactos positivos à economia da região, além



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury L.

do aumento da confiabilidade do suprimento de energia elétrica do
Paraná.




DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, chamado esta relatoria a se
manifestar, entendemos pelo Parecer favorável e somos pela
Aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR,
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 JUL 2011

1º Secretário

Projeto de Lei nº

559/11




Súmula: Dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná.

Art. 1º - Para firmar convênio com o Poder Executivo no Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os municípios devem contar com Técnico Agrícola, Médico Veterinário ou Engenheiro Agrônomo no quadro de pessoal da respectiva Prefeitura.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, sendo regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2011.


Deputado FERNANDO SCANAVACCA
Líder do PDT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

Trata-se de iniciativa que visa estimular as prefeituras municipais a dotarem suas estruturas de profissionais especializados, propiciando melhor apoio às áreas de agricultura e abastecimento.

Por outro lado, na medida em que todos os municípios passem a contar com Técnico Agrícola, Médico Veterinário ou Engenheiro Agrônomo nos respectivos quadros de pessoal certamente os convênios passarão a ser elaborados com maior fundamentação e posteriormente acompanhados de forma a proporcionar mais eficiência nos seus resultados.



Deputado FERNANDO SCANAVACA
Líder do PDT



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei nº 559/11

Autor: Deputado Fernando Scanavaca

*Súmula: Dispõe sobre convênios firmados
entre o Poder Executivo e os Municípios do
Estado do Paraná.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca visa estimular as prefeituras municipais a dotarem suas estruturas de profissionais especializados, propiciando melhor apoio às áreas de agricultura e abastecimento.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, insta ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

No tocante à matéria, verifica-se que o parlamentar detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis, em consonância com o artigo 65 da Constituição do Paraná.

Contudo, como há envolvimento direto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, afim de sanar aparente



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



"Inconstitucionalidade" do presente projeto¹ (atribuição de função a Secretaria), determinou-se que o projeto de lei fosse baixado em diligência à SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB para análise de viabilidade de um eventual prosseguimento deste projeto.

Em resposta à diligência solicitada, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB se manifestou através da Informação nº 244/2011, não demonstrando qualquer óbice à tramitação do projeto de lei ora em tela. No entanto, sugeriu que fosse estabelecido prazo aos Municípios porventura interessados estruturarem seus quadros funcionais, em lapso razoável que considere os procedimentos de remanejamento de servidores ou a realização de concursos públicos. Se assim não for, no entretempo Municípios ficariam impedidos de estabelecer parcerias (em sentido lato) com o Estado do Paraná nas áreas de atuação da SEAB.

Assim, com o objetivo de acatar a sugestão apresentada pela SEAB, propõe-se a seguinte emenda aditiva, nos termos do artigo 29, e 137, § 3º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/88.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA ADITIVA** anexa.

¹ Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)


IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.




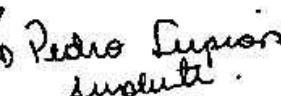
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

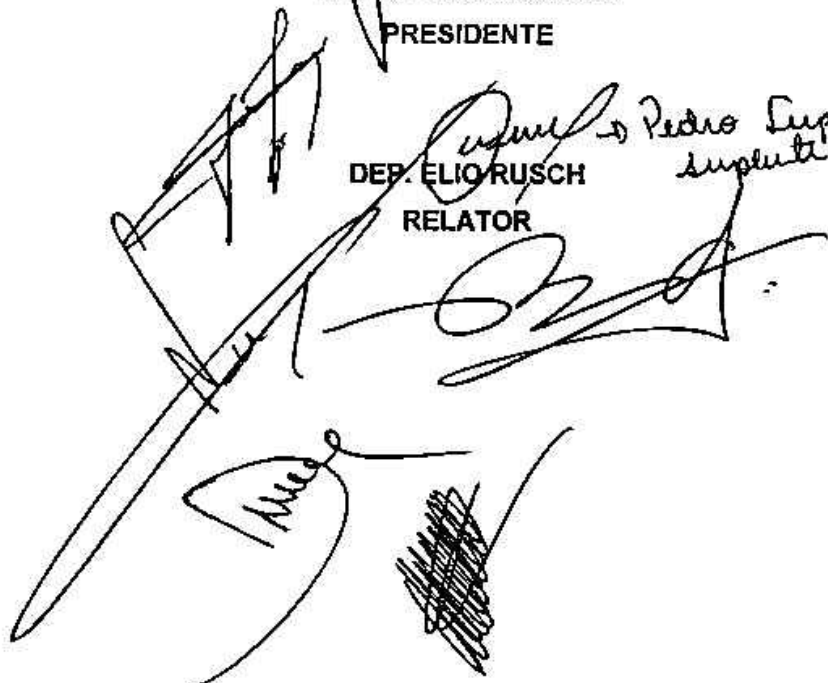


Curitiba, 04 de 10 de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

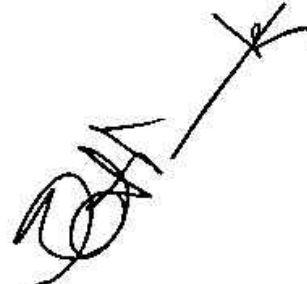

DEP. ELIORUSCH
RELATOR


Dep. Pedro Dupion
suplente











Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 559/2011

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fica inserido no artigo 1º, do Projeto de Lei nº 559/11, o "parágrafo único", que contará com a seguinte redação:

Art. 1º. [...]

"Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses para as prefeituras se adaptarem ao disposto no caput deste artigo."

Curitiba, 04 de 10 de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

*o Pedido Superior
suplementar*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E ASSUNTOS MUNICIPAIS.

D. L.

Fls. 22

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 559/2011

Projeto de Lei nº 559/2011

Autor: Deputado Fernando Scanavaca/PDT

Súmula: Dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná.

I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, determina que os Municípios do Estado do Paraná, detenham de quadro de pessoal qualificado, como Técnicos Agrícolas, Médicos Veterinários ou Engenheiros Agrônomos, para fins de poderem firmar convênio com o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

II - RELATÓRIO

Na qualidade de relator, designado para exarar parecer pela Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, e, em cumprimento ao que determina o art. 33-L, IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis, passo a expor meu relatório ao Projeto de Lei nº 559/2011.

O Projeto de Lei nº 559/2011, pretende o autor da matéria, criar algumas atribuições aos entes municipais do Estado do Paraná, fazendo com que os municípios que não possuam pessoal qualificado em seu quadro de pessoal, não possam celebrar convênio com a Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento. Ora, apesar de não ser prerrogativa desta comissão analisar a constitucionalidade da matéria, entendo na forma apresentada que o Projeto de Lei em comento possui vícios de inconstitucionalidades, pois, não pode o Estado através da Lei, impor regras aos Municípios para obter alguns tipos de convênios, ainda mais quando se trata de prover seus quadros de pessoal.

Com a presente proposição o Estado estaria obrigando os municípios a criar novos cargos quando não existentes, gerando assim, despesas aos entes públicos municipais. Fato este que estaria o Estado ingerindo nas atribuições dos Municípios.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L. 22

Porém, visto e analisado pela comissão de justiça desta Casa, e não havendo nenhum impedimento legal apresentado pelos seus membros, como relator da matéria por esta comissão, entendo que o projeto condicionará e qualificará os municípios quando esses firmarem convênios com o Estado através da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento. Pois, com pessoal qualificado os convênios poderão ser melhores desenvolvidos, proporcionando maior qualidade no projeto oriundo do mesmo em favor da população local.

Dito isto, no que tange ao mérito da matéria entendo que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo.

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, no que cabe a esta comissão, voto favoravelmente pela tramitação do Projeto de Lei nº 559/2011 na sua forma apresentada.

IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 559/2011, os Deputados que compõem a Comissão Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela deliberação e aprovação do referido projeto em tela.

Nelson Garcia
Presidente Comissão

24/10/11

Adelino Ribeiro Silva
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 559/2011

PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Fernando Scanavaca, dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os municípios do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura.

FUNDAMENTAÇÃO:

O crescimento da produção agrícola no Paraná é evidente. A combinação de fatores internos e externos e a ampliação das fronteiras tecnológicas culminam na necessidade de interferência do Poder Público na criação de políticas e ações que preencham as lacunas existentes em toda a cadeia produtiva. Levando em consideração aspectos relacionados à mão de obra especializada na orientação dos agricultores de nosso Estado e conseqüentemente à saúde de toda a população.

O presente Projeto de Lei visa regulamentar nos municípios do Estado à presença de profissionais com formação específica nas áreas agrícola e de saúde animal, para que estes possam firmar convênios com o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

A proposta é indubitavelmente uma importante ferramenta para o desenvolvimento produtivo, sustentável e econômico do Paraná, por compreender que profissionais habilitados são agentes promotores do desenvolvimento, capazes de orientar e impulsionar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



essa área do setor primário paranaense, cuja participação econômica é notória.

CONCLUSÃO:


O projeto obedece os preceitos técnicos e legais, razão pela qual, opino FAVORÁVELMENTE pela sua aprovação e tramitação.

É o Parecer.

Sala das comissões, 12 de dezembro de 2011.


HERMAS JÚNIOR
Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Agricultura


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV

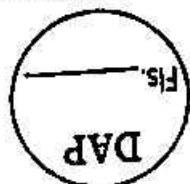
Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 559/11

O presente Projeto de Lei de autoria do Nobre Deputado Fernando Scanavaca que dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná, vem a esta Comissão Permanente visando cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno.

Preliminarmente saliento que a proposta foi encaminhada a Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Evandro Junior e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável, com a inclusão de Emenda, foi também para a Comissão de Agricultura que por seu Relator Deputado Rasca Rodrigues, exarou parecer favorável, e, ainda foi encaminhada a Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais que por seu relator também exarou o parecer favorável.

No que compete a esta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria quando estava na Comissão de Constituição e Justiça foi transformada em diligência junto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento-SEAB, para a devida manifestação. A referida pasta, manifestou-se favorável conforme a Informação nº 244/2011, de 22 de julho de 2011. Contudo, sugere prazo para que os Municípios interessados possam estruturar seus quadros funcionais.

De igual modo, salienta aquela Pasta, que os Municípios interessados deverão providenciar o remanejamento de servidores ou a realização de concursos públicos.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 21/03/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO WALBYR PUGLIESI
RELATOR

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

D. L.

PL. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 22 AGO 2011

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 661/2011

Súmula: Obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná ficam obrigados a prestar informação correta, clara e precisa sobre o preço de seus produtos quando pagos à vista ou, no caso de pagamento parcelado, sobre a quantidade e os valores das parcelas, além dos juros aplicados.

Parágrafo único. A informação de que trata o caput deste artigo deverá ser de fácil leitura e compreensão e exposta em local de fácil acesso ao público consumidor.

Art. 2º O estabelecimento que violar esta Lei ficará sujeito ao pagamento de multa diária no valor de 100 (cem) UFIRs.

Parágrafo único. O valor a que se refere o caput deste artigo deverá ser destinado ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, nos termos do art. da Lei 14.975 de 28 de dezembro de 2005.

Art. 3º Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar presente Lei para seu fiel cumprimento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor após decorridos 120 dias de sua publicação oficial, ficando tal período destinado à adaptação dos estabelecimentos ao seu cumprimento.

Sala das Sessões, ___ de agosto de 2011

Anibelli Neto
ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei ora apresentado obriga os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná a prestar informação correta, clara e precisa sobre o preço à vista, a quantidade e os valores das parcelas, e os juros dos produtos comercializados, com a finalidade de proteger o consumidor de possíveis abusos, práticas ilegais ou moralmente condenáveis pelo mercado de consumo.

O Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078/90), em seu art. 6º, enumera vários direitos básicos do consumidor, dos quais destacamos a correta especificação do preço dos produtos e serviços e a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

(...)

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

Além disso, em seu artigo 31, também exige a apresentação de produtos ou serviços assegurando informações corretas, claras e precisas sobre seu preço:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

D. L.
Fls. 04
12

riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Diariamente, nos deparamos com publicidade veiculada sem a clara e precisa informação do preço real do produto comercializado, induzindo o consumidor ao erro e fazendo com que o mesmo não tenha a consciência da quantidade de juros que está pagando ao efetuar a compra de forma parcelada.

O Projeto apresentado encontra respaldo no artigo 5º, inciso XXXII da Constituição da República, que impõe ao Estado o dever de promover a defesa do consumidor. Além disso, em seu artigo 24, inciso V, nossa Carta Magna estabelece a competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre produção e consumo.

Diante do exposto, considerando intuito de proteger o consumidor paranaense de praticas abusivas e até mesmo desleais por parte dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, conto com apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto.

Sala das Sessões, ____ de agosto de 2011.



ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 661/2011

Projeto de Lei nº 661/2011
Autor: Deputado Aníbelli Neto

Súmula: Obriga a Informação Correta, Clara e Precisa dos Preços dos Produtos Comercializados no Estado do Paraná.

EMENTA: CONSUMIDOR. OBRIGA A INFORMAÇÃO CORRETA, CLARA E PRECISA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. DIREITO DO CONSUMIDOR OBTER INFORMAÇÕES SOBRE A PROCEDÊNCIA DO PRODUTO. LEI FEDERAL 8.078/90. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

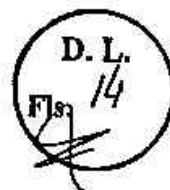
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Aníbelli Neto tem por finalidade obrigar os estabelecimentos comerciais a prestar informação correta, clara e precisa sobre preços de seus produtos quando pagos à vista ou pagamentos parcelados.

FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Por conseguinte, cumpre abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, incisos V e VII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito ao consumo e à responsabilidade por dano ao consumidor, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



(...)

V - produção e consumo;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que o assunto corresponde ao direito do consumidor à Informação.

O artigo 6º da LEI 8.078 DE 1990, que instituiu o CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR no Brasil, cita sobre os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, senão vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Na mesma esteira, verificamos o artigo 31º, que trata sobre oferta, vejamos:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Como o Projeto de Lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, a mesma possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.

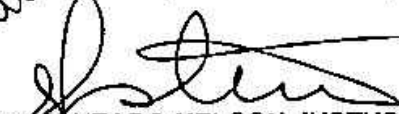
Diante do exposto, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

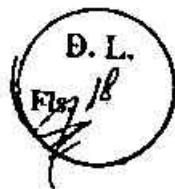
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonardo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Claiton Kleise - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rosa Litro - Deputado Péricles de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer aos Projetos de Lei n. 661/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor.

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Anibelli Neto, a obrigatoriedade legal da informação clara, correta e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná, no que se refere ao pagamento à vista ou em parcelas, discriminando os juros e encargos aplicados.

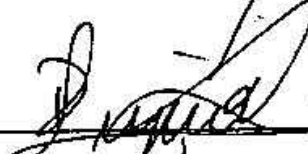

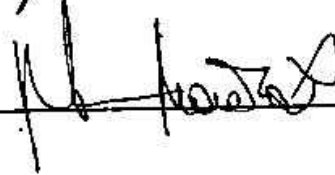
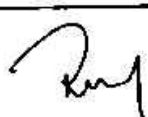
Esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que tal medida visa garantir ao consumidor a ampla informação sobre a aquisição que está sendo realizada, notadamente com relação àquelas pessoas de pouca compreensão, tais como os idosos e portadores de deficiência.

Assim, é o parecer favorável à aprovação dos Projetos da Lei 661/2011.

Sala de Reuniões, 06/12 de 2011.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Péricles de Mello
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio

D. L.

Fls. 22

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 661/11

AUTOR: DEPUTADO ANIBELLI NETO.

RELATOR: DUÍLIO GENARI

SÚMULA: Obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

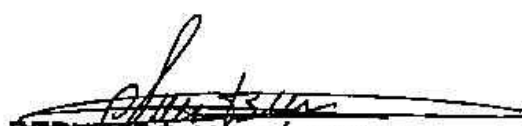
JUSTIFICATIVA

Principalmente pensando em proteger o consumidor de possíveis abusos, práticas ilegais ou moralmente condenáveis pelo mercado de consumo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente projeto de Lei.

Sala das Reuniões, 14 de março de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR

